

Relatório da Administração - Dezembro de 2012

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras e o parecer dos Auditores Independentes, referente às atividades da **Chartis Seguros Brasil S.A.** relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012. A Chartis é líder mundial em seguros gerais, patrimoniais e de responsabilidade civil (property e casualty), atendendo mais de 70 milhões de clientes pelo mundo. Com um dos mais extensos portfólios de produtos e serviços do mercado, a Chartis apresenta excelente solidez financeira e amplo conhecimento no gerenciamento de sinistros, permitindo aos seus clientes de seguros comerciais e de pessoas, exercer controle sobre praticamente qualquer risco com segurança. A Chartis Seguros Brasil, subsidiária da Chartis International LLC., está ampliando suas instalações no Brasil, com objetivo de disponibilizar nossos produtos e serviços aos clientes, de uma forma inovadora e mantendo nossa qualidade e compromisso. O Grupo também opera em resseguro através da American Home Assurance Company (resseguradora admitida), e da Chartis Resseguros (resseguradora local), com objetivo de oferecer capacidade ao mercado de seguros brasileiro, dentro dos padrões e políticas do grupo Chartis, além de explorar sinergias com o mercado segurador e outros parceiros; e de agregar valor aos nossos clientes. A Chartis está desenvolvendo sua plataforma de negócios para atender às diversas demandas do mercado de seguros e resseguros, voltados principalmente ao

segmento de grandes riscos e seguros financeiros. Adicionalmente, atuaremos no varejo através do desenvolvimento de novos canais de distribuição, de forma inovadora, e oferecendo nosso portfólio de produtos e serviços. A Seguradora está investindo em um sistema operacional que irá suportar suas operações e negócios, de uma forma mais ágil e flexível junto aos seus clientes e corretores. Dentro de sua estratégia de expansão geográfica e dos negócios no Brasil, a Chartis possui filiais em São Paulo e no Rio de Janeiro. Para 2013 faz parte de nossa estratégia a abertura de novas filiais, reforçando o compromisso com os investimentos e instalações no Brasil. Neste exercício a Chartis Seguros recebeu de sua matriz um aumento de capital de R\$ 71,3 milhões, para suportar os investimentos nas operações de seguros.

Performance Econômico-Financeira
Os prêmios emitidos pela Seguradora atingiram um volume de R\$ 275 milhões, enquanto sua performance financeira alcançou R\$ 11,3 milhões. No ano findo em dezembro de 2012, a Seguradora apresentou um Prejuízo de R\$ 82,1 milhões, enquanto seu prejuízo operacional foi de R\$ 53,8 milhões. Em junho de 2012 a Administração da seguradora revisou os saldos contábeis referentes a créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e/ou de bases negativas de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) e aqueles decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios

contábeis e fiscais de apuração de resultados, de acordo com as exigências da Circular SUSEP 430 de 2012, com base neste estudo foram constituídas provisões no montante de R\$ 31,5 milhões.

Distribuição de Lucros

A Seguradora tem como prática a distribuição de dividendos ao final do ano, garantindo até 25% estabelecido no seu acordo de acionistas, após a constituição de 5% da reserva legal.

Perspectivas

A Seguradora continuará expandindo suas operações, aumentando seu volume de prêmios e mantendo sua forte atuação nas políticas de precificação e aceitação de risco, visando à contínua melhoria do seu resultado operacional, e adicionalmente melhorar o desempenho das despesas administrativas. Esta é a estratégia adotada pela Seguradora, que a deixa preparada para atuar em um mercado competitivo.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos Acionistas, parceiros de negócios, corretores e clientes pela confiança em nossa administração bem como aos nossos colaboradores, pela sua decisiva contribuição para a conquista dos resultados da Seguradora e relançamento da Chartis no mercado Brasileiro.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2013.

A Diretoria

Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro

					(Em milhares de reais)	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Ativo			Passivo e patrimônio líquido			
Circulante	617.763	503.315	Circulante	504.402	398.502	
Disponível	4.679	1.536	Contas a pagar	26.054	12.482	
Caixa e bancos (Nota 5)	4.679	1.536	Obrigações a pagar (Nota 19)	13.826	4.347	
Aplicações financeiras (Nota 6)	214.781	181.795	Impostos e encargos sociais a recolher (Nota 20)	5.551	3.567	
Créditos das operações com seguros e resseguros	153.927	86.253	Encargos trabalhistas	4.327	2.807	
Prêmios a receber (Nota 7)	117.668	69.897	Impostos e contribuições	644	761	
Operações com seguradoras	5.570	2.535	Outras contas a pagar	1.706	1.000	
Operações com resseguradoras (Nota 8)	21.766	8.735	Débitos de operações com seguros e resseguros	92.549	74.210	
Outros créditos operacionais	8.923	5.086	Prêmios a restituir	225	335	
Ativos de resseguro - provisões técnicas (Nota 9)	217.616	190.039	Operações com seguradoras	2.727	10.803	
Títulos e créditos a receber	4.200	30.372	Operações com resseguradoras (Nota 21)	71.943	46.871	
Títulos e créditos a receber (Nota 10)	211	960	Corretores de seguros e resseguros	13.759	11.770	
Créditos tributários e previdenciários (Nota 11)	35	23.261	Outros débitos operacionais (Nota 22)	3.895	5.031	
Outros créditos (Nota 12)	3.954	6.151	Depósitos de terceiros (Nota 23)	7.389	3.600	
Despesas antecipadas (Nota 13)	6	37	Provisões técnicas - seguros (Nota 24)	378.410	308.210	
Custos de aquisição diferida (Nota 14)	22.554	13.283	Danos	364.125	228.393	
Seguros	22.554	13.283	Pessoas	14.285	79.817	
Não circulante	188.895	183.104	Não circulante	76.008	84.959	
Realizável a longo prazo	73.799	75.400	Contas a pagar	-	8.541	
Aplicações financeiras (Nota 6)	1.003	926	Obrigações a pagar (Nota 19)	-	8.541	
Créditos das operações com seguros e resseguros	260	1	Provisões técnicas - seguros (Nota 24)	73.375	73.676	
Prêmios a receber (Nota 7)	259	-	Danos	71.106	70.349	
Operações com seguradoras	1	1	Pessoas	2.269	3.327	
Ativos de resseguro - provisões técnicas (Nota 9)	33.650	40.213	Outros débitos	2.633	2.743	
Títulos e créditos a receber	29.517	27.144	Provisões judiciais (Nota 25)	2.633	2.743	
Títulos e créditos a receber (Nota 10)	562	562	Patrimônio líquido	226.248	202.957	
Créditos tributários e previdenciários (Nota 11)	13.537	6.767	Capital social (Nota 26(a))	276.145	204.450	
Depósitos judiciais e fiscais (Nota 15)	15.013	19.815	Aumento/redução de capital (em aprovação)	-	-	
Outros créditos operacionais	405	-	(Nota 26(b))	34.146	-	
Custos de aquisição diferidas (Nota 14)	9.369	7.116	Lucros ou prejuízos acumulados	(84.043)	(1.493)	
Seguros	9.369	7.116				
Investimentos (Nota 16)	87.099	87.427				
Participações societárias	80.935	81.120				
Imóveis destinados à renda	6.164	6.307				
Imobilizado (Nota 17)	6.975	5.432				
Imóveis de uso próprio	79	-				
Bens móveis	5.342	4.076				
Outras imobilizações	1.554	1.356				
Intangível (Nota 18)	21.022	14.845				
Desp. c/ desenvolvimento p/ sistema de computação	21.022	14.845				
Total do ativo	806.658	686.419	Total do passivo e patrimônio líquido	806.658	686.419	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

						(Em milhares de reais)	
	Capital social	Aumento (redução) de capital em aprovação	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Ajuste TVM	Prejuízos acumulados	Total
Em 1º janeiro de 2011	124.450	80.000	5.215	792	(1.922)	-	208.535
Aumento de capital AGE de 7 de agosto de 2009 - homologado conforme Portaria SUSEP/CGRAT nº 1.085, de 14 de abril de 2010	80.000	(80.000)	-	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(7.500)	(7.500)
Reversão da reserva legal	-	-	(5.215)	-	-	5.215	-
Reversão da reserva estatutária	-	-	-	(792)	-	792	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	1.922	-	1.922
Em 31 de dezembro de 2011	204.450	-	-	-	-	(1.493)	202.957
Em 1º janeiro de 2012	204.450	-	-	-	-	(1.493)	202.957
Aumento de capital AGE de 26 de setembro de 2012 em aprovação conforme Processo SUSEP nº 15.414.004736/2012-12	-	34.146	-	-	-	-	34.146
Aumento de capital AGE de 22 de abril de 2012 - homologado conforme Portaria SUSEP/CGRAT nº 4.996, de 23 de novembro de 2012	9.400	-	-	-	-	-	9.400
Aumento de capital AGE de 27 de junho de 2012 - homologado conforme Portaria SUSEP/CGRAT nº 4.996, de 23 de novembro de 2012	62.295	-	-	-	-	-	62.295
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(82.550)	(82.550)
Em 31 de dezembro de 2012	276.145	34.146	-	-	-	(84.043)	226.248

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

A AIG Seguros Brasil S.A. ("AIG Seguros" ou "Seguradora"), com sede na Rua Gomes de Carvalho, 1.306, Vila Olímpia, São Paulo - SP, é subsidiária da AIG Insurance Inc., e atua em seguros gerais e seguros de pessoas em todo território nacional.

A AIG Insurance Inc. está ampliando suas instalações no Brasil por meio de investimentos na AIG Seguros. Os investimentos na filial brasileira fazem parte de sua estratégia para reforçar suas operações locais, que terão como foco inicial as áreas de Seguros Corporativos e de Resseguros, e permitir expandir sua atuação também para a área de Seguros de Varejo.

A Seguradora oferece uma ampla linha de produtos, voltados para atender as necessidades específicas de seus clientes. A Seguradora oferece produtos de seguro nos seguintes ramos:

- Produtos para indivíduos**
 - Acidentes pessoais
 - Vida
 - Garantia estendida
 - Roubo e danos
 - Outros
- Produtos para empresas**
 - Riscos de engenharia e propriedades
 - Garantia
 - Riscos ambientais
 - Responsabilidade profissional e civil
 - Outros

Em 12 de novembro de 2012 através da Assembleia Geral extraordinária foi instituído a reforma do estatuto social da empresa, a alteração da razão social da Chartis Seguros Brasil S.A. para AIG Seguros Brasil S.A., encontra-se em aprovação na SUSEP processo no 15414.005108/2012-46.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras da Seguradora estão apresentadas a seguir. Estas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados, exceto quando indicado o contrário.

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), as quais abrangem as normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, quando referendados pela SUSEP.

A Seguradora não está apresentando a demonstração do resultado abrangente, tendo em vista que não existem outros itens além do resultado do exercício.

As demonstrações financeiras foram preparadas seguindo os princípios da convenção do custo histórico, modificada pela avaliação de ativos financeiros nas categorias "Disponível para a venda" e "Avaliados ao valor justo através do resultado". As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuidade dos negócios da Seguradora em curso normal de seus negócios no Brasil.

As áreas que envolvem alto grau de julgamento ou complexidade, ou áreas onde as premissas e estimativas são significativas para a preparação das demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 3 destas demonstrações financeiras.

A Seguradora revisa essas estimativas e premissas periodicamente e, quando necessário, são ajustadas para melhor refletir sua situação financeira e patrimonial. Em 5 de março de 2012 foi emitida Circular SUSEP nº 430, porém não causou mudanças significativas, revogando a Circular SUSEP nº 426 emitida em 31 de agosto de 2011 e a Circular SUSEP nº 424, emitida em 29 de abril de 2011. A Circular SUSEP nº 424 que revogou a Circular SUSEP nº 379/2008 estabeleceu o novo plano de contas das Seguradoras e introduziu mudanças nas classificações de contas e nas demonstrações financeiras, como a apresentação da recuperação com custos de apólices em linha específica "Receita com emissão de apólices" e também de um novo grupo, apartando os efeitos da operação de resseguros das demais linhas operacionais, demonstrado na linha "Resultado com resseguros". As informações de prêmios de resseguros são demonstradas em todas as linhas das demonstrações financeiras líquidas dos custos de aquisição. As provisões técnicas estão constituídas brutas de resseguros, sendo que os respectivos registros estão demonstrados na linha "Ativos de resseguros - provisões técnicas".

A SUSEP aprovou através da Circular SUSEP nº 430/2012 diversos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão sendo considerados na elaboração das presentes demonstrações financeiras.

A Seguradora avaliou os Pronunciamentos Técnicos do CPC que ainda não foram aprovados pela SUSEP que estão em vigor e constatou que nenhum deles tem aplicabilidade em seus negócios, são eles:

- CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado (DVA)" que tem por objetivo estabelecer critérios para a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado exigida apenas nas demonstrações financeiras consolidadas.
- CPC 17 - "Contratos de Construção", que estabelece o tratamento contábil das receitas e despesas associadas a contratos de construção que se caracterizam por ter suas datas de início e término em períodos contábeis diferentes.
- CPC 29 - "Ativo Biológico e Produto Agrícola", que estabelece o tratamento contábil e as respectivas divulgações, pertinentes à avaliação dos estoques dos ativos biológicos e dos produtos agrícolas, como parte do registro das atividades agrícolas.

2.2. Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação
As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional de apresentação da Seguradora.

(b) Conversão e saldos denominados em moeda estrangeira
As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional e utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Ganhos ou perdas de conversão de saldos denominados em moeda estrangeira resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço são reconhecidos no resultado do período. A Seguradora não possui subsidiárias no exterior ou no Brasil cuja moeda funcional seja diferente de sua moeda funcional.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, contas bancárias, depósitos a prazo e outros ativos de curto prazo (vencimento original de três meses ou período menor) de alta liquidez e com baixo risco de variação no valor justo de mercado.

2.4. Ativos financeiros

(a) Classificação e mensuração

A Seguradora classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda, ativos

Prejuízo do exercício

	2012	2011
Ajustes para	(82.550)	(7.500)
Depreciação e amortizações	1.349	872
Resultado de equivalência patrimonial	151	-
Reversão de perdas por redução do valor recuperável dos ativos	-	-
Perda por redução do valor recuperável dos ativos intangíveis	-	-
Amortização de ativos intangíveis	3.929	1.288
Mudança no valor justo de propriedades para investimento	-	-
Ganho ou perda na alienação de imobilizado e intangível	-	-
Varição nas contas patrimoniais		
Ativos financeiros	(33.063)	102.745
Créditos das operações de seguros, incluindo ativos oriundos de contratos de seguro	(79.457)	(53.498)
Ativos de resseguro	(21.013)	(68.439)
Despesas antecipadas	31	162
Créditos fiscais e previdenciários	16.455	(5.135)
Outros ativos	7.345	5.563
Fornecedores e outras contas a pagar	5.147	(21.067)
Impostos e contribuições	(117)	413
Débitos de operações com seguros e resseguros	18.337	29.171
Depósitos de terceiros	3.789	2.740
Provisões técnicas - seguros e resseguros	69.899	111.399
Provisões judiciais	(110)	(8.405)
Caixa gerado/(consumido) pelas operações	(89.877)	(90.309)
Dividendos recebidos	-	1.111
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(89.877)	91.420

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros na data inicial de aquisição dos ativos e reavalia a sua classificação a cada data de balanço, segundo as regras restritas do CPC 38 (equivalente ao IAS 39) para transferências (ou reclassificações) entre categorias. Todos os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e quaisquer diferenças entre o valor justo e a consideração paga pela Seguradora para a aquisição do ativo (amplamente conhecida como *day-one profits/losses*) são reconhecidas no resultado do período somente quando a Seguradora possui a capacidade de observação direta no mercado de fatores ou premissas de precificação dos ativos. A Seguradora utiliza como critério de reconhecimento inicial de um instrumento financeiro (para todas as categorias de ativos ou passivos financeiro) o método de compra e venda regular pela data de negociação, ou seja, o reconhecimento de um ativo financeiro a ser recebido e um passivo financeiro a ser pago na data da negociação (data em que a Seguradora se torna parte de um contrato) e a baixa de um ativo financeiro e reconhecimento de ganho ou perda no dia em que a negociação ocorre.



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Esta categoria compreende duas subcategorias: ativos financeiros detidos para propósito de negociação e ativos financeiros designados ao valor justo através do resultado na data inicial de sua aquisição. A Seguradora classifica nesta categoria os ativos financeiros cujo propósito e estratégia de investimento é de manter negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem. A Seguradora não designou nenhum ativo ou passivo financeiro através da opção de valor justo, ou *fair value option* nas demonstrações financeiras.

(c) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

A Seguradora classifica os ativos financeiros nesta categoria segundo o propósito de negócio (ou intenção) da Administração quanto à realização do ativo. Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são aqueles instrumentos não derivativos com valores a receber fixos ou predeterminados e com vencimento fixos (exceto aqueles que atendam à definição da categoria "empréstimos e recebíveis") onde a administração possui a intenção e a habilidade de manter o ativo até a data de vencimento. Estes ativos são inicialmente reconhecidos a valor justo e subsequentemente avaliados ao custo amortizado, segundo o método da taxa efetiva de juros (*EIR method*). Estes ativos são avaliados para *impairment* a cada data de balanço e a Seguradora constitui uma provisão para *impairment* quando há evidência objetiva de que não terá a habilidade de receber todos os valores devidos pela contraparte em conformidade com os termos contratuais estabelecidos (veja Nota 2.5(a) e (b) para *impairment* de ativos financeiros). Em 31 de dezembro de 2012 a Seguradora não possuía títulos classificados nessa categoria.

(d) Empréstimos e recebíveis, incluindo prêmios a receber de segurados

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como os saldos de prêmios a receber de segurados, são classificados pela Seguradora nesta categoria e são mensurados pelo valor de prêmio emitido. Os outros recebíveis da Seguradora compreendem os demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Todos os recebíveis são avaliados para *impairment* a cada data de balanço (vide política contábil 2.5(a)). Em 31 de dezembro de 2012 a Seguradora não possuía títulos classificados nessa categoria.

(e) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles instrumentos financeiros não derivativos que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo (acrescido dos custos de transação diretamente incrementais) no seu reconhecimento inicial e em períodos subsequentes. Os juros de títulos de renda fixa classificados como disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado como receitas financeiras. Dividendos recebidos de investimentos em ações, quando classificados nesta categoria, são reconhecidos no resultado do período quando o direito de recebimento do dividendo é estabelecido para a Seguradora.

A parcela correspondente à variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizados) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta ajustes de avaliação patrimonial, sendo realizada contra resultado quando da sua liquidação ou por perda considerada permanente (vide política contábil de *impairment* na Nota 2.5(b)).

(f) Determinação de valor justo de ativos

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base nos preços atuais de compra *bid prices*. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Seguradora estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria Seguradora.

2.5. Análise de recuperabilidade de ativos financeiros e não financeiros (*impairment*)

(a) Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado (incluindo prêmios a receber de segurados)

A Seguradora avalia a cada data de balanço se há evidência de que um determinado ativo classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (ou se um grupo de ativos) esteja deteriorado ou *impaired*.

Caso um ativo financeiro seja considerado como *impaired*, a Seguradora somente registra a perda no resultado do período se houver evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos que ocorram após a data inicial de reconhecimento do ativo financeiro nesta categoria e se o valor da perda puder ser mensurado com confiabilidade pela administração. As perdas são registradas e controladas em uma conta retificadora do ativo financeiro. Para a análise de *impairment*, a Seguradora utiliza diversos fatores observáveis que incluem:

- dificuldades significativas do emissor ou do devedor;
- quebra de termos contratuais, tais como *default* ou não cumprimento dos pagamentos devidos pelo devedor;
- é provável que o emissor ou devedor entre em falência ou concordata;
- desaparecimento de um determinado ativo de um mercado ativo (para títulos e valores mobiliários);
- informações observáveis que indicam que há uma redução mensurável dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos (para o acesso coletivo de *impairment*), embora esta redução não possa ser atribuída individualmente para os ativos individualmente não significativos.

Para avaliação de *impairment* de ativos financeiros classificados nesta categoria a Seguradora utiliza uma metodologia amplamente conhecida como metodologia de perda incorrida que considera se existe evidência objetiva de *impairment* para ativos individualmente significativos. Se a Seguradora considerar que não existe evidência de que um ativo individualmente significativo esteja *impaired*, a Seguradora inclui o ativo em um grupo de ativo de risco de crédito com características similares e acessa este ativo para *impairment* juntamente com os demais ativos financeiros que serão testados em uma base coletiva. Para o cálculo coletivo de *impairment* a Seguradora agrupa os ativos em uma base de características de risco de crédito (como por exemplo, *ratings* internos, indústria ou tipos de contrato de seguro para avaliação de prêmios a receber). Estas características são relevantes para a determinação dos índices históricos de perda dos grupos avaliados com base em metodologia de rolagem, amplamente conhecida como *Roll Rate Model*.

A Seguradora designa os prêmios a receber para acesso de *impairment* nesta categoria e os estudos econômicos de perda consideram emissões feitas em períodos anteriores e elimina eventos de cancelamento de apólices não diretamente associados com perdas originadas por fatores de risco de crédito, tais como cancelamentos, baixa dos ativos por sinistros, emissões incorretas ou modificações de apólices solicitadas por corretores que resultam na baixa do ativo.

Para os ativos classificados na categoria "mantidos até o vencimento" o valor do *impairment* é avaliado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos e caixa futuros estimados dos ativos descontados pela taxa efetiva de juros do ativo. Caso o ativo esteja *impairment*, o valor da perda é reconhecido como uma conta retificadora (uma provisão) e a contrapartida no resultado do período. Quando o ativo for cotado, a Seguradora utiliza o valor de mercado como valor de referência para o cálculo de *impairment*.

(b) Ativos financeiros avaliados ao valor justo

A Seguradora avalia a cada data de balanço se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda está individualmente *impaired*. No caso de investimentos em instrumentos de capital (ações) a Seguradora avalia se há um declínio significativo ou prolongado no valor de mercado do ativo do seu custo. Caso tal evidência existir, a perda acumulada (avaliada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado atual do ativo, menos quaisquer perdas para *impairment* registradas previamente) é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado do período. Perdas para *impairment* em instrumentos de capital que são registradas no resultado do período não são revertidas. Para instrumentos de dívida, as perdas com *impairment* registradas são revertidas quando o valor justo do instrumento financeiro aumentar e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a data que a perda por *impairment* foi inicialmente reconhecida.

(c) Ativos não financeiros

Ativos não financeiros sujeitos a depreciação são avaliados para *impairment* quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda para *impairment* é reconhecida no resultado do período para o valor pelo qual o valor contábil do ativo exceda o valor recuperável do ativo. O valor recuperável é como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos).

Os ativos registrados como custos de aquisição diferidas de contratos de seguros são avaliados, quando à sua recuperabilidade, segundo o Teste de Adequação de Passivos (LAT) (vide política contábil 2.11.3).

2.6. Custos incorridos na aquisição de contratos de seguros

A Seguradora registra como um ativo - circulante e não circulante, proporcionalmente ao período de vigência de cada apólice - os custos diretamente incrementais e relacionados à originação ou renovação de contratos de seguro (custos de aquisição diferidas), e que possam ser avaliados com confiabilidade. Os demais gastos são registrados como despesa, conforme incorridos. Esse ativo intangível é amortizado segundo o período do contrato, que equivale substancialmente ao período de expiração do risco.

2.7. Propriedades de investimento

A AIG Brasil detém certas propriedades de investimento que não são classificados como ativo imobilizado de uso próprio e que são alugados para terceiros para auferir renda. Esses ativos são classificados como propriedades de investimento segundo o CPC 28 (equivalente ao IAS 40) e são avaliados ao custo de aquisição (menos quaisquer custos de transação incrementais) reduzido por depreciação. As operações de arrendamento dessas propriedades são classificadas segundo o CPC 6 (equivalente ao IAS 17) como um *leasing* operacional. Como a Seguradora utiliza o modelo de custo (*cost model*) permitido pelo CPC 28 (equivalente ao IAS 40) para imóveis de investimento, estes ativos são avaliados para *impairment* e alocados à suas respectivas unidades geradoras de caixa segundo o CPC 1 (equivalente ao IAS 36).

2.7.1. Leasing

A AIG Brasil aluga diversos ativos em seu curso normal de negócios. Consequentemente, para a aplicação do CPC 6 (equivalente ao IAS 17), a Seguradora efetua o processo de classificação dos contratos como *leasing* financeiro ou operacional. Os contratos de *leasing* onde uma porção significativa dos riscos e benefícios sobre os ativos são retidos pela Seguradora, como arrendador, são classificados como *leasing* operacionais. Recebimentos pela Seguradora de *leasing* operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos no resultado do exercício linearmente e proporcionalmente ao período do arrendamento. Os contratos de *leasing* da Seguradora foram avaliados e classificados como *leasings* operacionais.

2.8. Ativo imobilizado de uso próprio

O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis e utensílios, instalações e outros ativos fixos utilizados para a condução dos negócios da Seguradora. O custo do ativo imobilizado é reduzido por depreciação acumulada do ativo até a data de preparação das demonstrações financeiras. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condição de uso. Gastos subsequentes são capitalizados ao valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecido como um componente separado do ativo imobilizado somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo irão fluir para a Seguradora e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade. Quando ocorre a substituição de um determinado componente ou "parte" de um componente, o item substituído é baixado, apropriadamente. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado do período conforme incorridos.

A depreciação de outros itens do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos.

O valor residual dos ativos e a vida útil dos ativos são revisados, e ajustados, se necessário, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo é inferior do que o valor contábil do ativo segundo as regras do CPC 1 (equivalente ao IAS 36).

2.9. Passivos financeiros

As obrigações a pagar são inicialmente reconhecidas ao valor justo de mercado e quaisquer efeitos significativos de ajuste a valor presente são reconhecidos segundo o método da taxa efetiva de juros até a data de liquidação, quando o efeito do ajuste a valor presente é material. Para este cálculo, em casos onde os passivos financeiros não possuem uma taxa de juros predeterminada (ou explícita no contrato), a Seguradora utiliza uma taxa de mercado similar à taxa de juros de referência que seria cobrada hipoteticamente por uma instituição bancária no mercado para financiamento ou compra de um ativo similar considerando, inclusive, o risco de crédito da Seguradora para este propósito.

2.10. Contratos de seguro e contratos de investimento - classificação

Na adoção do CPC 11 (equivalente ao IFRS 4), a Seguradora efetuou o processo de classificação de todos os contratos de seguro e resseguro com base em análise de transferência de risco significativo de seguro entre as partes no contrato, considerando adicionalmente, todos os cenários com substância comercial onde o evento segurado ocorre, comparado com cenários onde o evento segurado não ocorre. A Seguradora emite diversos tipos de contratos de seguros em diversos ramos que transferem risco de seguro, risco financeiro ou ambos. Como guia geral, a Seguradora define risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro (com substância comercial) que são maiores do que os benefícios pagos caso o evento segurado não ocorra. Contratos de investimento são aqueles contratos que não transferem risco de seguro ou transferem risco de seguro insignificante. A Seguradora não identificou contratos classificados como "contratos de investimento" na aplicação do CPC 11 (equivalente ao IFRS 4).

Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro do CPC 11 (equivalente ao IFRS 4). Os contratos de resseguro que não atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 (equivalente ao IFRS 4) são classificados como ativos financeiros. Todos os contratos de resseguro foram classificados como contratos de seguro por transferirem risco significativo de seguro entre as partes no contrato.

2.11. Avaliação de ativos e passivos originados de contratos de seguro

2.11.1. Avaliação de ativos de contratos de resseguro

A política de risco de crédito da Seguradora prevê que somente resseguradores classificados com *rating* de crédito de acordo com as normas do regulador local (SUSEP) sejam considerados no curso normal de seus negócios. Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização (ou recebimento) dos ativos de resseguro junto aos resseguradores. Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os saldos associados com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e conforme os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de resseguro. Quaisquer ganhos ou perdas originados na contratação inicial de resseguro são amortizados durante o período de expiração do risco dos contratos.

A Seguradora acessa a recuperabilidade (*impairment*) dos ativos de resseguro regularmente e no mínimo a cada data de balanço. Quando há evidência objetiva de *impairment*, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo de resseguro ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado do período. Segundo diretrizes do CPC 11 (equivalente ao IFRS 4), a Seguradora utiliza uma metodologia similar àquela utilizada para ativos financeiros mantidos até o vencimento para determinar que há evidência objetiva de deterioração em um ativo de resseguro (vide metodologia descrita na política contábil 2.5). Consequentemente, as perdas para *impairment* são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros, conforme regras do CPC 11 (equivalente ao IFRS 4). Esta metodologia também leva em consideração disputas e casos específicos que são analisados pela administração quanto à documentação e trâmite do processo de recuperação junto aos resseguradores.

2.11.2. Passivos de contratos de seguro

Na adoção do CPC 11 (equivalente ao IFRS 4), a AIG Seguros aplicou a isenção de utilizar as suas políticas contábeis anteriores, para avaliação dos passivos de contratos de seguro e ativos de contratos de resseguro. Dentre as isenções previstas no CPC 11 (equivalente ao IFRS 4), a AIG Seguros também aplicou outros procedimentos mínimos requeridos para uma entidade que aplica o CPC 11 (equivalente ao IFRS 4), tais como: (a) teste de adequação de passivos (ou *Liability Adequacy Test* - vide política contábil 2.11.3), (b) teste de *impairment* de ativos de resseguro (vide política contábil 2.11.1), (c) avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação de contratos de seguro e (d) identificação de derivativos embutidos em contratos de seguro. A Seguradora não aplicou os princípios de *Shadow Accounting* (ou Contabilidade Reflexa) já que não possui contratos cuja avaliação dos passivos, ou benefícios aos segurados, sejam impactados por esta política.

Adicionalmente, a Seguradora não identificou situações onde tenha utilizado excesso de prudência, conforme definido pelo CPC 11 (equivalente ao IFRS 4) e Circular SUSEP nº 457, de 2012, na avaliação de contratos de seguro.

As provisões técnicas são constituídas em consonância com as determinações CNSP e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Ainda, nos termos da Resolução CNSP nº 135/05, uma avaliação atuarial das carteiras, com periodicidade anual, é realizada e encaminhada à Superintendência de Seguros Privados, com o respectivo parecer atuarial.

(a) Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG)

A PPNG é constituída pela parcela de prêmio do seguro correspondente ao período de risco ainda não decorrido, de acordo com as normas da SUSEP. A provisão de prêmios não ganhos relativa às operações de retrocessão é constituída com base em informações recebidas dos resseguradores.

(b) Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG-RVNE)

A PPNG-RVNE é constituída pela parcela de prêmio do seguro correspondente ao período de risco ainda não decorrido, referente às apólices que já tiveram início de vigência mas ainda não foram emitidas. Essa provisão é feita através de cálculos estatísticos visando estimar todos os riscos já vigentes no qual se deve ter reserva caso tenha a ocorrência de um sinistro.

(c) Provisão Complementar de Prêmios (PCP)

A Provisão Complementar de Prêmios (PCP) é constituída com o objetivo de complementar os montantes de PPNG constituídos, considerados também os riscos vigentes e não emitidos. Sua apuração é feita com base em metodologia estatística e atuarial.

(d) Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)

Constituída por estimativa de pagamentos prováveis de indenizações e despesas de sinistros, determinada com base nos avisos de sinistros individuais recebidos até a data do balanço e atualizada monetariamente nos termos da legislação.

Adicionalmente, na metodologia utilizada para estimar o *IBNR* é calculada uma provisão de sinistros estimados (indenização e despesas) destinada à cobertura dos ajustes de estimativas da provisão de sinistros a liquidar, considerando inclusive aqueles processos cíveis relacionados a sinistros, cujo valor pode exceder aos valores contratados, gerados entre a data de aviso e a data de pagamento do sinistro, determinada em cálculos atuariais estabelecidos na Avaliação Atuarial, submetida à SUSEP. A Provisão de PSL referente ao convênio DPVAT é registrada com base nos demonstrativos recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

(e) Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados (Provisão de IBNR)

A metodologia adotada para cálculo do IBNR se baseia no desenvolvimento dos sinistros avisados a fim de se estimar o sinistro final. A diferença entre o sinistro final e o sinistro avisado é o IBNR.

O desenvolvimento dos sinistros avisados se dá através de uma técnica conhecida como Triângulo de *run-off*. São selecionados nas bases de dados da Seguradora os sinistros relidos, pendentes e pagos, ocorridos nos últimos quinze anos. Estes sinistros são distribuídos em períodos semestrais de ocorrência e movimentação, formando um triângulo de 30 semestres de ocorrência por 30 semestres de movimentação. Este triângulo tem seus valores acumulados e, a partir da divisão dos valores da movimentação posterior pelos valores da movimentação anterior, é criado o Triângulo de fatores de *run-off*. Para cada coluna do triângulo de *run-off* é feita uma análise com o objetivo de se determinar qual o fator que melhor representa aquela fase de desenvolvimento do sinistro (a seleção deste fator pode ser feita pela média dos fatores, levando-se em consideração o conhecimento que o atuariário tem de cada carteira.)

Esta análise é crítica, e para se chegar a uma boa estimativa do sinistro final, pode ser necessária uma triagem dos sinistros que ocorrerem em um determinado semestre a fim de se identificar situações atípicas, tais como catástrofes ou outros eventos cuja possibilidade de nova ocorrência são remotas, as quais deverão ser excluídas para efeito de criação dos fatores de *run-off*, pois estes fatores são responsáveis pelo desenvolvimento do sinistro no futuro e não devem embutir situações atípicas.

A Provisão de IBNR referente ao convênio DPVAT é registrada com base nos demonstrativos recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., bem como a provisão de IBNR relativa a operações de retrocessão foi constituída com base nos valores informados pelos resseguradores.

(f) Provisão de Despesas Administrativas (PDA)

É constituída Provisão de Despesas Administrativas (PDA) para o ramo de Seguro DPVAT com base em metodologia determinada pelo CNSP, essa provisão é registrada com os informes emitidos pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., administradora do mesmo.

Os encargos financeiros creditados às provisões técnicas são classificados como "Despesas financeiras".

2.11.3. Teste de adequação dos passivos (*Liability Adequacy Test* - LAT)

Conforme requerido pelo CPC 11 (equivalente ao IFRS 4) e Circular SUSEP nº 457, de 2012, em cada data de balanço a Seguradora elabora o teste de adequação de passivos com o objetivo de verificar sua adequação às obrigações decorrentes dos contratos e certificados dos planos de seguro vigentes na data de execução do teste.

O teste é elaborado com base em premissas atuais, realistas e não tendenciosas, as quais são aplicadas com o objetivo de produzir as melhores estimativas correntes para todos os fluxos de caixa futuros brutos de resseguro, incluindo-se as despesas administrativas incrementais e de liquidação de sinistros e deduzindo-se as despesas de aquisição diferidas. Retornos de investimentos, custos de resseguro, apólice e o adicional de fracionamento não são considerados.

Para determinação das estimativas correntes dos fluxos de caixa, os contratos são segmentados por grupos de ramos conforme determina a regulamentação específica.

Caso seja identificada qualquer insuficiência, a Seguradora registra a perda imediatamente como uma despesa no resultado do período, primeiramente reduzindo custos de aquisição diferidas e posteriormente constituindo provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data do teste. Quaisquer custos de aquisição diferidas de contratos de seguros, como por exemplo, despesas de comissão, que tenham sido baixados como resultado deste teste, não é subsequentemente restabelecido pela Seguradora em circunstâncias onde o teste demonstre resultados favoráveis a mesma. Alguns contratos permitem que a Seguradora adquira a titularidade sobre o ativo ou adquira o direito de venda do ativo danificado que tenha sido recuperado (tais como salvados). A Seguradora também possui o direito contratual de buscar ou cobrar ressarcimentos de terceiros, tais como sub-rogação de direitos, para pagamentos de danos parciais ou totais cobertos em um contrato de seguro. Consequentemente, conforme permitido pelo CPC 11 (equivalente ao IFRS 4), estimativas de recuperação de salvados e de reembolsos originados de sub-rogação de direitos são incluídos como um redutor na avaliação dos contratos de seguros e na execução dos testes de adequação dos passivos.



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No cálculo realizado para a data-base de dezembro de 2012 não foi constatada nenhuma insuficiência para as reservas brutas de resseguro. Adicionalmente à análise do fluxo de caixa com as premissas definidas, foi realizado um teste de *stress* onde as premissas de sinistralidade esperada e taxa cambial foram variadas de - 20% a + 20%. Mesmo com essa análise não foi apresentada insuficiência.

2.12. Derivativos embutidos

A Seguradora emite contratos de seguro que cujos pagamentos de sinistros são denominados em moeda estrangeira, onde os fluxos de caixa a serem liquidados (ou pagos) aos segurados são afetados pela variabilidade das taxas de câmbio periodicamente e nos períodos de liquidação. Como o pagamento destes fluxos de caixa de benefícios são contingentes ao evento de perda, o derivativo embutido nesses contratos atende a definição de um contrato de seguro por si só, e usufruem da isenção prevista no CPC 11 (equivalente ao IFRS 4), que permite a não "bifurcação", ou contabilização separada dos derivativos embutidos ao valor justo, periodicamente. A Seguradora elaborou análises de sensibilidade para risco financeiro que considera as variações sobre esses contratos na Nota 4.1.

2.13. Outras provisões, ativos e passivos contingentes

A Seguradora reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deva ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida a Seguradora não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a valor presente é material.

A Seguradora constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso de natureza cível, fiscal e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Seguradora, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando num desembolso futuro. Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a administração dispõe de total controle da situação de um evento futuro certo, apesar de não ocorrido, e depende apenas dela, ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os tributos cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal". As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras e são atualizados monetariamente de acordo com a legislação fiscal.

2.14. Capital social

As ações emitidas pela Seguradora são classificadas como um componente do patrimônio líquido quando a Seguradora não possui a obrigação de transferir caixa ou outros ativos para terceiros. Custos incrementais, diretamente atribuíveis à emissão das ações próprias são registrados no patrimônio líquido, deduzidos dos recursos recebidos.

2.15. Compensação (apresentação líquida) de ativos e passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros somente são apresentados de forma líquida no balanço patrimonial quando há um direito legal irrevogável de compensar ativos e passivos junto à contraparte e quando a Seguradora possui a intenção de liquidar os instrumentos em uma forma líquida ou realizar o ativo e liquidar um determinado passivo financeiro simultaneamente.

2.16. Políticas contábeis para reconhecimento de receita

2.16.1. Reconhecimento de prêmio emitido de contratos de seguro

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas proporcionalmente ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices.

2.16.2. Receita de juros e dividendos recebidos

As receitas de juros de instrumentos financeiros (incluindo as receitas de juros de instrumentos avaliados ao valor justo através do resultado) são reconhecidas no resultado do exercício segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido como resultado de perda por *impairment*, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado pela taxa efetiva de juros e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado do exercício. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros.

As receitas de dividendos de investimentos em ativos financeiros representados por instrumentos de capital (ações) são reconhecidas no resultado quando o direito a receber o pagamento do dividendo é estabelecido.

2.16.3. Receitas de aluguéis de imóveis a terceiros

As receitas de aluguéis de ativos imobiliários de investimento são reconhecidas no resultado do período segundo o método linear e proporcionalmente ao longo do período do aluguel. Quaisquer incentivos ou despesas de aluguel são reconhecidos seguindo o mesmo padrão de reconhecimento de receita.

2.17. Imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto de renda e contribuição social dos períodos reportados inclui as despesas de impostos correntes e os efeitos de impostos diferidos. A Seguradora reconhece no resultado do período os efeitos dos impostos de renda e contribuição social, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, onde nestes casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos correntes são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes ou substancialmente vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. O imposto de renda corrente é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais. A contribuição social é calculada à alíquota de 15%.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporais entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos destes ativos e passivos. As taxas utilizadas para constituição de impostos diferidos são as taxas vigentes ou substancialmente vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis.

(c) Concentração de risco por localidade - Prêmios diretos emitidos - 2012

UF	Aeronáuticos	Demais ramos	DPVAT (todas as categorias)	Garantia estendida	Lucros cessantes	R. C. profissional	R. C. geral	R.C. de administradores e diretores (D&O)	Riscos financeiros - crédito interno			Riscos nomeados e operacionais		Transporte internacional	Transporte nacional	Turístico	Saldo total
									Riscos diversos	Riscos diversos	Riscos diversos	Riscos diversos	Riscos diversos				
AC	-	2	109	-	1	-	1	1	1	1	2	1	1	1	-	-	119
AL	-	23	268	(1)	2	1	42	2	2	3	5	4	1	-	-	-	352
AM	-	60	261	(1)	7	26	17	2	1	3	(151)	32	18	-	-	-	275
AP	-	-	70	-	1	-	1	1	-	1	1	1	-	-	-	-	76
BA	126	630	1.294	(15)	158	99	91	244	61	55	493	154	2.024	(8)	-	-	5.406
CE	26	236	1.105	(8)	19	10	124	11	45	29	591	32	798	(4)	-	-	3.014
DF	103	939	760	982	44	71	270	751	345	42	378	47	73	(6)	-	-	4.799
ES	1	8	590	(2)	4	2	5	4	3	6	9	7	2	(1)	-	-	638
GO	2	12	1.113	(3)	8	4	9	8	7	11	17	13	4	(2)	-	-	1.203
MA	1	40	535	(2)	33	3	28	17	9	7	101	8	3	(1)	-	-	782
MG	568	1.014	4.644	(23)	419	183	351	432	76	86	981	253	714	(11)	-	-	9.687
MS	1	22	661	(3)	7	15	139	424	6	10	71	11	3	(1)	-	-	1.366
MT	1	11	772	(2)	6	3	6	6	5	8	12	9	3	(1)	-	-	839
PA	1	27	591	(2)	5	2	6	5	4	7	11	33	61	(1)	-	-	750
PB	1	5	437	(1)	3	2	4	3	3	4	7	5	2	(1)	-	-	474
PE	3	242	1.218	473	35	49	196	113	13	23	79	36	8	(3)	-	-	2.485
PI	1	5	383	(1)	3	1	3	3	2	4	5	4	1	(1)	-	-	413
PR	25	1.022	2.506	11.173	135	129	397	365	334	334	390	1.193	502	(10)	-	-	18.475
RJ	296	5.437	2.228	1.007	196	792	4.229	4.751	347	203	1.182	716	2.090	(9)	-	-	23.465
RN	1	264	456	(2)	5	12	62	66	4	7	(188)	7	2	(1)	-	-	695
RO	23	112	555	675	10	5	31	10	8	14	21	16	5	(2)	-	-	1.483
RR	-	-	71	-	1	-	1	1	-	1	1	1	-	-	-	-	77
RS	48	630	2.711	1.522	189	180	509	672	59	3.873	281	317	1.153	224	-	-	12.368
SC	2	24	1.701	(5)	13	6	14	13	10	18	26	20	6	(3)	-	-	1.845
SE	-	4	268	(1)	2	1	2	2	2	3	4	3	1	-	-	-	291
SP	7.948	21.533	9.850	1.895	5.826	4.677	20.938	18.866	6.569	16.051	33.805	11.312	9.937	14.545	-	-	183.752
TO	-	3	282	(1)	(29)	1	2	200	2	3	(84)	3	1	-	-	-	383
Total 2012	9.178	32.285	35.439	17.654	7.103	6.274	27.478	26.973	7.918	20.807	38.050	14.238	17.412	14.703	-	-	275.511

(d) Concentração de risco por localidade - Prêmios diretos emitidos - 2011

UF	Aeronáuticos	Demais ramos	DPVAT (todas as categorias)	Garantia estendida	Lucros cessantes	R. C. profissional	R. C. geral	R.C. de administradores e diretores (D&O)	Riscos financeiros - crédito interno			Riscos nomeados e operacionais		Transporte internacional	Transporte nacional	Turístico	Saldo total
									Riscos diversos	Riscos diversos	Riscos diversos	Riscos diversos	Riscos diversos				
AC	-	2	131	-	(0)	(0)	(0)	(0)	(1)	2	(1)	-	1	-	-	-	135
AL	1	4	279	1	(0)	(0)	(1)	(0)	(1)	5	(3)	1	2	2	-	-	289
AM	2	13	283	2	(1)	(1)	301	(1)	(4)	16	274	29	6	6	-	-	924
AP	-	1	80	-	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	1	(1)	-	1	1	-	-	83
BA	76	31	1.364	5	60	(3)	176	29	(11)	38	282	10	28	14	-	-	2.101
CE	3	25	1.129	4	103	(2)	101	13	1	30	322	6	12	12	-	-	1.758
DF	4	72	674	5	24	(3)	74	(4)	(11)	41	1.064	8	17	16	-	-	1.911
ES	1	12	784	2	(0)	(1)	(2)	(1)	(4)	14	(7)	3	6	5	-	-	811
GO	3	22	1.469	3	(1)	(2)	(3)	(2)	(7)	26	(13)	5	11	10	-	-	1.519
MA	1	11	537	2	(0)	(1)	21	(1)	1	13	162	2	5	5	-	-	759
MG	467	3.762	4.410	20	(18)	(11)	25	211	(44)	157	172	30	67	60	-	-	9.308
MS	5	39	653	6	161	(3)	(5)	(4)	(13)	47	731	9	19	18	-	-	1.663
MT	2	12	820	2	(0)	(1)	(2)	(1)	(4)	15	(8)	3	6	6	-	-	848
PA	1	10	629	2	(0)	(1)	56	(1)	(3)	12	(6)	4	5	5	-	-	712
PB	1	7	471	1	(0)	(1)	(1)	(1)	(2)	8	(4)	2	3	3	-	-	488
PE	3	23	964	3	(2)	(2)	17	88	446	27	93	5	11	10	-	-	1.687
PI	1	6	423	1	(0)	(1)	(1)	(1)	(2)	8	(4)	1	3	3	-	-	438
PR	18	309	2.918	8	295	(2)	140	337	(16)	64	64	12	116	25	-	-	4.287
RJ	215	2.002	2.065	20	16	(12)	583	2.077	(46)	164	512	31	391	63	-	-	8.082
RN	1	8	477	1	(0)	(1)	(1)	13	(3)	10	71	2	4	4	-	-	587
RO	-	4	267	1	(0)	(0)	(1)	(0)	(1)	5	(2)	1	2	2	-	-	277
RR	-	1	76	-	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	1	(1)	-	1	1	-	-	79
RS	59	103	2.902	10	63	(6)	166	610	(22)	79	486	35	32	30	-	-	4.547
SC	4	32	2.170	5	(1)	(3)	(4)	(4)	(11)	39	(20)	7	16	15	-	-	2.245
SE	-	4	237	1	(0)	(0)	(0)	(0)	(1)	4	(2)	1	2	2	-	-	245
SP	1.669	31.312	10.990	4.350	724	3.426	39.021	12.586	2.008	13.888	46.526	5.952	12.690	12.879	-	-	198.021
TO	1	11	288	2	(0)	(1)	(1)	(1)	(4)	13	212	2	5	5	-	-	531
Total 2011	2.540	37.837	37.492	4.455	1.420	3.369	40.590	15.939	2.242	14.727	50.898	6.162	13.461	13.202	-	-	244.332



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(e) Concentração de risco por localidade - Prêmios diretos emitidos líquidos de resseguro - 2012

UF	Aeronáuticos	Demais ramos	DPVAT (todas as categorias)	Garantia estendida	Lucros cessantes	R. C. profissional	R. C. geral	R. C. de administradores e diretores (D&O)	Riscos diversos	Riscos financeiros - crédito interno	Riscos nomeados e operacionais	Transporte internacional	Transporte nacional	Turístico	Saldo total
AC	-	2	109	(0)	1	-	1	1	1	2	1	1	-	(0)	118
AL	-	3	268	(1)	2	1	39	2	2	3	5	4	1	(0)	329
AM	-	(10)	261	(1)	3	15	16	2	1	3	5	25	15	(0)	335
AP	-	1	70	(0)	1	-	1	1	-	1	1	1	-	(0)	76
BA	9	455	1.294	(15)	48	66	88	(277)	61	55	112	154	1.795	(8)	3.837
CE	4	84	1.105	(8)	20	10	115	16	33	29	143	32	798	(4)	2.377
DF	6	64	760	982	30	46	251	418	345	42	111	47	70	(6)	3.165
ES	1	8	590	(2)	4	2	5	4	3	6	9	7	2	(1)	640
GO	2	16	1.113	(3)	8	4	9	8	7	11	17	13	4	(2)	1.207
MA	1	10	535	(2)	11	3	26	10	9	7	28	8	3	(1)	649
MG	12	265	4.644	(23)	105	117	327	243	74	86	237	253	713	(11)	7.043
MS	1	20	661	(3)	7	10	128	198	6	10	16	11	3	(1)	1.068
MT	1	11	772	(2)	6	3	6	6	5	8	12	9	3	(1)	837
PA	1	18	591	(2)	5	2	6	5	4	7	11	32	57	(1)	736
PB	1	6	437	(1)	3	2	4	3	3	4	7	5	2	(1)	474
PE	3	74	1.218	473	20	32	180	69	13	23	43	35	8	(3)	2.188
PI	1	5	383	(1)	3	1	3	3	2	4	5	4	1	(1)	415
PR	25	351	2.506	10.028	127	99	376	143	189	140	286	1.016	478	(11)	15.754
RJ	30	1.155	2.228	1.007	166	460	3.632	2.045	223	203	(641)	628	2.030	(19)	13.149
RN	1	66	456	(2)	5	8	57	27	4	7	(26)	7	2	(1)	611
RO	2	89	555	675	10	(8)	29	6	8	(57)	21	16	5	(2)	1.350
RR	-	1	71	(0)	1	-	1	-	-	1	1	1	-	(0)	77
RS	15	283	2.711	1.522	94	119	473	312	59	(40)	181	316	1.146	225	7.415
SC	2	24	1.701	(5)	13	6	14	13	10	18	26	20	6	(3)	1.845
SE	-	4	268	(1)	2	1	2	2	2	3	4	3	1	(0)	291
SP	1.133	12.894	9.850	2.785	2.554	3.062	12.302	13.968	4.059	6.853	8.527	8.062	9.127	14.187	109.361
TO	-	4	282	(1)	(3)	1	2	93	2	3	(12)	3	1	(0)	376
Total 2012	1.252	15.905	35.439	17.400	3.245	4.064	18.093	17.322	5.124	7.429	9.133	10.713	16.272	14.333	175.724

(f) Concentração de risco por localidade - Prêmios diretos emitidos líquidos de resseguro - 2011

UF	Aeronáuticos	Demais ramos	DPVAT (todas as categorias)	Garantia estendida	Lucros cessantes	R. C. profissional	R. C. geral	R. C. de administradores e diretores (D&O)	Riscos diversos	Riscos financeiros - crédito interno	Riscos nomeados e operacionais	Transporte internacional	Transporte nacional	Turístico	Saldo total
AC	-	2	131	-	(0)	(0)	(0)	(0)	(1)	2	(1)	-	1	1	135
AL	1	4	279	1	(0)	(0)	(1)	(0)	(1)	5	(3)	1	2	2	289
AM	2	13	283	2	(1)	(1)	284	(1)	(4)	16	16	29	6	6	649
AP	-	1	80	-	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	1	(1)	-	1	1	83
BA	4	31	1.364	5	60	(3)	173	14	(11)	38	38	10	28	14	1.767
CE	3	25	1.129	4	18	(2)	97	5	(0)	30	47	6	12	12	1.385
DF	4	34	674	5	5	(3)	3	(4)	(11)	41	87	8	17	16	876
ES	1	12	784	2	(0)	(1)	(2)	(1)	(4)	14	(7)	3	6	5	811
GO	3	22	1.469	3	(1)	(2)	(3)	(2)	(7)	26	(13)	5	11	10	1.519
MA	1	11	537	2	(0)	(1)	(1)	(1)	1	13	24	2	5	5	619
MG	16	798	4.410	20	(7)	(11)	23	110	(44)	157	(43)	30	67	60	5.586
MS	5	39	653	6	12	(3)	(5)	(4)	(13)	47	14	9	19	18	797
MT	2	12	820	2	(0)	(1)	(2)	(1)	(4)	15	(8)	3	6	6	848
PA	1	10	629	2	(0)	(1)	56	(1)	(3)	12	(6)	4	5	5	712
PB	1	7	471	1	(0)	(1)	(1)	(1)	(2)	8	(4)	2	3	3	488
PE	3	23	964	3	(1)	(2)	16	43	15	27	7	5	11	10	1.125
PI	1	6	423	1	(0)	(1)	(1)	(1)	(2)	8	(4)	1	3	3	438
PR	6	98	2.918	8	19	(3)	137	192	(16)	64	(16)	12	116	25	3.559
RJ	17	166	2.065	20	(2)	(12)	572	1.045	(46)	164	(120)	31	391	63	4.355
RN	1	8	477	1	(0)	(1)	(1)	6	(3)	10	9	2	4	4	518
RO	-	4	267	1	(0)	(0)	(1)	(0)	(1)	5	(2)	1	2	2	277
RR	-	1	76	-	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	1	(1)	-	1	1	79
RS	8	65	2.902	10	9	(6)	161	314	(22)	79	64	35	32	30	3.681
SC	4	32	2.170	5	(1)	(3)	(4)	(4)	(11)	39	(20)	7	16	15	2.245
SE	-	4	237	1	(0)	(0)	(0)	(0)	(1)	4	(2)	1	2	2	245
SP	743	16.840	10.990	4.350	538	1.936	10.529	8.374	1.714	6.636	2.293	4.650	10.548	13.061	93.202
TO	1	11	288	2	(0)	(1)	(1)	(1)	(4)	13	34	2	5	5	353
Total 2011	830	18.278	37.492	4.455	645	1.878	12.049	10.078	1.516	7.475	2.381	4.860	11.319	13.384	126.638

(g) Política de resseguros

Quaisquer riscos que excedam os limites de subscrição locais são submetidos à matriz para aprovação. Para minimizar os riscos da Seguradora, contamos ainda com os contratos de resseguros. Os limites de subscrição existem para impor critérios de seleção adequados de risco. Os contratos de resseguro incluem contratos de excesso de danos, quota e coberturas de catástrofe. A Seguradora também não expõe mais do que 3% do seu patrimônio líquido ajustado em nenhum risco isolado.

(h) Análises de sensibilidade

A Seguradora elabora análises de sensibilidade periodicamente onde são determinadas mudanças nas premissas atuariais mais significativas utilizadas em seus modelos de avaliação de contratos de seguro, com base na razoável mudança esperada das premissas atuariais. As análises de sensibilidade apresentadas a seguir representam a melhor estimativa da administração da Seguradora quanto aos fatores de risco de seguro que impactam nossos contratos e são integradas à nossa política e matriz de monitoramento de risco de seguro e consequentemente não garantem que os fatores de risco venham a se comportar conforme previsto onde os resultados reais observados em períodos futuros podem divergir significativamente dos resultados apresentados a seguir.

Consumer lines

Premissas atuariais	2012					
	Variação - %	Bruto de resseguro		Líquido de resseguro		Resultado
		Patrimônio líquido	Resultado	Patrimônio líquido	Resultado	
Sinistralidade	(20)	3.446	5.743	148	246	
Sinistralidade	20	(3.455)	(5.758)	(2.420)	(4.033)	
Câmbio projetado	(20)	10	16	2.272	3.787	
Câmbio projetado	20	(10)	(16)	(2.272)	(3.787)	

Commercial lines

Premissas atuariais	2012					
	Variação - %	Bruto de resseguro		Líquido de resseguro		Resultado
		Patrimônio líquido	Resultado	Patrimônio líquido	Resultado	
Sinistralidade	(20)	15.766	26.277	4.560	7.600	
Sinistralidade	20	(15.774)	(26.290)	(4.574)	(7.624)	
Câmbio projetado	(20)	1.405	2.342	616	1.027	
Câmbio projetado	20	(1.405)	(2.342)	(616)	(1.027)	

Os valores apresentados acima demonstram o quanto o resultado da Seguradora será afetado por conta das variações propostas; resultado negativo ou um resultado positivo nos testes de sensibilidade acima não refletem diretamente nas reservas da Seguradora, já que nas reservas da Seguradora, especificamente as reservas de prêmios, contém uma parcela para cobrir o lucro futuro esperado. Somente seria necessário um aumento das reservas caso o valor presente, para os casos que diminuiriam o resultado da Seguradora, demonstrado nos testes de sensibilidade fosse maior do que a margem de lucro estimada nas reservas de prêmios.

4.2. Gestão de riscos financeiros e liquidez

A AIG Seguros determina em sua política de gestão de riscos, que o risco de liquidez é o risco onde recursos de caixa possam não estar disponíveis para pagar obrigações futuras quando vencidas. A política de gestão de risco da Seguradora não possui tolerância ou limites para risco de liquidez e possuímos o compromisso de honrar todos os passivos de seguros e passivos financeiros quando vencidos em suas datas contratuais ou quando os processos de sinistros atenderem todos os critérios exigidos para a pronta liquidação. A AIG Seguros está exposta a uma série de riscos financeiros transferidos por diversos ativos e passivos financeiros. Para mitigar os riscos financeiros significativos a Seguradora utiliza uma abordagem ativa de gestão de ativos e passivos e leva em consideração a estrutura de *Asset & Liability Management* (ALM).

4.3. Gestão de risco de mercado

A Seguradora está sujeita a uma série de riscos de mercado originados de ativos e passivos financeiros e contratos de seguros. Para reduzir a exposição às variações nas taxas de juros do mercado brasileiro, a AIG Seguros se utiliza de uma estratégia de gestão de riscos para manutenção da rentabilidade dos seus negócios, margem de juros e risco de liquidez em níveis determinados conforme sua política de gestão de risco e abordagem (bem como limites operacionais) determinados pelo Comitê de Investimentos. Adicionalmente, a Seguradora emite certos contratos de seguro que cujos passivos são impactados, ou denominados, em moeda estrangeira, onde os fluxos de caixa a serem liquidados (ou pagos) aos segurados são afetados pela variabilidade das taxas de câmbio periodicamente e subsequentemente nos períodos de liquidação das obrigações originadas destes contratos.

Para todos os instrumentos financeiros, o CPC 40 (equivalente ao IFRS 7) requer a divulgação por nível relacionada à mensuração do valor justo com base nos seguintes níveis:

- Preços quotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos (Nível 1).
- *Input* outro que preços quotados incluídos em Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivado dos preços) (Nível 2).
- *Input* para o ativo ou passivo que não é com base em dados observáveis do mercado (*input* não observável) (Nível 3).

A Seguradora possui como política de gestão de risco financeiro, a contratação de produtos financeiros prontamente disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando à alta liquidez para honrar suas obrigações futuras e como uma política prudente de gestão de risco de liquidez.

As tabelas a seguir apresentam todos os ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora classificados como mensurados ao valor justo:

Ativos financeiros a valor justo através do resultado	2012			Saldo contábil
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Mantidos para negociação	-	-	-	-
Títulos públicos federais	-	34.192	-	34.192
Títulos privados	-	46.888	-	46.888
Cotas fundos de investimentos	-	-	-	-
DPVAT	-	-	32.475	32.475
Exclusivo	-	97.519	-	97.519
Mútuo	4.710	-	-	4.710
Total mantido para negociação	4.710	178.599	32.475	215.784

Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado	2011			Saldo contábil
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Mantidos para negociação	-	-	-	-
Títulos públicos federais	-	18.356	-	18.356
Títulos renda fixa privados	-	160.918	-	160.918
Ações	3.225	-	-	3.225
Outros	222	-	-	222
Total mantido para negociação	3.447	179.274	-	182.721

O valor justo de instrumentos negociados num mercado ativo (com o instrumentos mantidos para negociação e disponível para venda) é calculado com base em preços quotados em mercado na data de balanço. O preço cotado usado para ativos financeiros mantido pela Seguradora é o preço de compra atual.

A Seguradora realiza análises de sensibilidade para riscos financeiros sobre os seus instrumentos financeiros ativos e passivos. Existem diversas limitações quanto às linearidades ou não linearidades entre as mudanças esperadas destas premissas e os resultados reais futuros (realizados ou não realizados) podem diferir significativamente dos resultados estimados através das análises de sensibilidade apresentadas nestas demonstrações financeiras. A tabela apresentada a seguir leva em consideração a melhor estimativa da administração sobre uma razoável mudança esperada destas variáveis e impactos potenciais sobre o resultado do exercício e sobre o patrimônio líquido da Seguradora:

Variável financeira	Variação - %	2012	
		Patrimônio líquido	Resultado
Taxa de juros	1,50	(4.817)	(8.028)
Taxa de juros	(1,50)	3.731	6.218
Moeda estrangeira - US\$	(20)	(403)	(671)
Moeda estrangeira - US\$	20	403	671

4.4. Gestão de risco de crédito

A AIG Seguros possui uma rigorosa política de risco de crédito para aquisição de ativos financeiros e contratação de resseguro no mercado aberto. Nesse contexto, a Seguradora segue as políticas da matriz e políticas de seu Comitê de Crédito onde existem diversos indicadores impostos para limitar a exposição ao risco de crédito caso as contrapartes de nossas operações não possuam *rating* de crédito igual ou superior àqueles estabelecidos em nossa política.

A Seguradora não possui um cliente (ou uma única contraparte) que represente concentração de 10% ou mais do total de sua respectiva classe de ativos financeiros. A política de investimentos adotada pela administração estabelece as instituições financeiras com as quais a Seguradora pode operar, os limites de alocação de recursos e os objetivos. A Seguradora adota o critério de aplicar seus recursos em instituições sólidas ou adquire títulos públicos federais, cuja classificação de risco seja considerada como alto *rating* de crédito.

Composição da carteira por classe e por categoria contábil	2012		Saldo contábil
	AAA	Sem rating	
Aplicações financeiras	-	-	-
Mantidos para negociação	-	-	-
Ativos prefixados	-	-	-
Públicos	17.065	-	17.065
Ativos pós-fixados	-	-	-
Públicos	17.127	-	17.127
Privados	46.888	-	46.888
Fundos de investimento	-	-	-
DPVAT	-	32.475	32.475
Exclusivo	97.519	-	97.519
Mútuo	4.710	-	4.710
Total instrumentos financeiros	183.309	32.475	215.784
Recebíveis	-	-	-



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9 ATIVOS DE RESSEGURO - PROVISÕES TÉCNICAS

	Provisão de prêmios não ganhos		Sinistros a liquidar	
	2012	2011	2012	2011
Acidentes pessoais - coletivos	10	186	81	50
Aeronáuticos	-	-	959	2.004
Riscos de engenharia	5.295	1.930	777	146
Crédito interno	7.379	5.859	-	-
Garantia segurado - setor público	-	3.311	-	-
Garantia segurado - setor privado	6.835	6.680	-	-
Aeronáuticos (cascos)	4.678	1.172	3.866	-
Garantia de concessões públicas	19.811	24.295	-	-
Garantia de obrigações privadas	2.564	2.960	-	-
Garantia de obrigações públicas	401	779	-	-
Garantia segurado - setor público	5.634	-	-	-
R. C. de adm. e diretores (D&O)	5.327	2.510	1.561	32
Responsabilidade civil geral	5.237	3.707	12.207	7.254
R. C. profissional	1.301	844	7	38
Responsabilidade civil hangar	-	70	-	-
Riscos diversos	3.021	968	-	2
Extensão de garantia - patrimonial	5	-	-	-
Riscos nomeados e operacionais	13.973	10.784	71.343	58.819
Riscos de petróleo	440	1.547	-	-
Transporte internacional	1.955	346	448	123
Transporte nacional	642	701	54	369
Vida em grupo	10	-	-	-
Seg. compr. para operadores port.	425	-	11	-
Demais ramos	6.909	2.833	39	112
	91.852	71.482	91.353	68.949

	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados		Outras provisões		Total - provisão para contratos de seguros	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Acidentes pessoais - coletivos	78	15	1	1	170	252
Aeronáuticos	20	3.463	-	-	979	5.467
Riscos de engenharia	503	1.170	289	98	6.864	3.344
Crédito interno	8.389	174	719	898	16.487	6.931
Garantia segurado - setor público	-	165	-	473	-	3.949
Garantia segurado - setor privado	239	564	193	121	7.267	7.365
Aeronáuticos (cascos)	600	257	1.019	122	10.163	1.551
Garantia de concessões públicas	7	7.123	-	-	19.818	31.418
Garantia de obrigações privadas	1.286	327	-	-	3.850	3.287
Garantia de obrigações públicas	1.838	559	-	-	2.239	1.338
Garantia segurado - setor público	569	-	673	-	6.876	-
R. C. de adm. e diretores (D&O)	5.573	4.060	1.060	434	13.521	7.036
Responsabilidade civil geral	22.646	18.212	539	1.599	40.629	30.772
R. C. profissional	1.086	4.478	181	113	2.575	5.473
Responsabilidade civil hangar	2.990	2.097	-	-	2.990	2.167
Riscos diversos	2.220	4.524	259	37	5.500	5.531
Extensão de garantia - patrimonial	23	-	-	-	28	-
Riscos nomeados e operacionais	3.670	33.119	2.578	2.559	91.564	105.281
Riscos de petróleo	21	6	34	38	495	1.591
Transporte internacional	231	900	344	48	2.978	1.417
Transporte nacional	300	598	41	78	1.037	1.746
Vida em grupo	18	-	4	-	32	-
Seg. compr. para operadores port.	2.664	-	53	-	3.153	-
Demais ramos	3.822	1.159	1.280	233	12.051	4.336
	58.793	82.970	9.267	6.852	251.266	230.252
Ativo circulante					217.616	190.039
Ativo não circulante					33.650	40.213

10 TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

	2012	2011
Ressarcimentos	15	-
Aluguéis a receber	196	16
Dividendos a receber	-	944
Participação CRM (Consórcio para Regularização do Mercado Segurador)	562	562
	773	1.522

11 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

	2012	2011
Crédito tributário (Nota 10.1)	34.354	25.843
PIS/COFINS diferido	2.750	3.869
Imposto de renda e outros impostos a compensar	23	300
Outros créditos da previdência social	12	16
Outros créditos tributários	7.889	-
Redução do valor recuperável (Nota 11.1)	(31.456)	-
	13.572	30.028
Ativo circulante	35	23.261
Ativo não circulante	13.537	6.767

11.1. Crédito tributário

	2012	2011
Outras provisões não dedutíveis	3.308	4.929
Contribuição social a compensar (MP nº 2.158-35)	2.898	2.898
Prejuízo fiscal e base negativa	28.148	18.016
Redução do valor recuperável	(31.456)	-
	2.898	25.843

	2012	2011
Contribuição social a compensar (MP nº 2.158-35)	2.898	2.898
Ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa	18.016	18.016
	18.016	18.016

	2012	2011
Saldo em 31 de dezembro de 2011	4.928	2.898
Movimentação	(1.620)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	3.308	2.898

A Administração revisou os saldos dos créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda, bases negativas da contribuição social sobre o lucro e aqueles decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e fiscais de apuração de resultados e concluiu que a partir do 1º semestre de 2012 os mesmos passaram a não atender os critérios descritos na Circular SUSEP nº 430/2012. Dessa forma, foi constituída provisão para a totalidade dos créditos registrados (Nota 36).

12 OUTROS CRÉDITOS

	2012	2011
Adiantamento administrativos	431	5.909
Adiantamento a funcionários	2.399	242
Valores a receber	1.124	-
	3.954	6.151

13 DESPESAS ANTECIPADAS

	2012	2011
Despesas operacionais	6	37
	6	37

A composição dos custos de aquisição diferidas originados de contratos de seguros está apresentada na tabela a seguir:

	2012	2011
Produtos para indivíduos		
Compreensivo residencial	51	13
Turístico	271	146
Prestamista	111	109
Acidentes pessoais - coletivo	13	10
Vida em grupo	15	3
Demais ramos	9	7
	470	285

	2012	2011
Produtos para empresas		
Riscos de engenharia	1.023	630
Riscos diversos	635	464
R. C. riscos ambientais	658	220
Riscos nomeados e operacionais	1.311	1.580
Riscos de engenharia	1.023	630
R. C. de adm. e diretores (D&O)	2.251	1.513
Responsabilidade civil geral	2.246	1.526
R. C. profissional	447	262
Aeronáuticos	310	192
Transporte nacional	1.265	828
Transporte internacional	715	262
Garantia de obrigações privadas	295	287
Garantia de obrigações públicas	116	211
Garantia de concessões públicas	5.094	6.247
Garantia segurado - setor público	739	1.082
Garantia segurado - setor privado	957	1.057
Garantia estendida	11.611	2.399
Demais ramos	757	723
	31.453	20.114
Total geral	31.923	20.399
Circulante	22.554	13.283
Não circulante	9.369	7.116

14 CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDAS

	2012	2011
Mutuação da DAC		
Saldo em 31 de dezembro de 2010	11.477	11.477
Adições	26.920	26.920
Amortizações	(22.997)	(22.997)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	15.400	15.400
Adições	37.297	37.297
Amortizações	(26.099)	(26.099)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	26.598	26.598

Mutuação da DAC-RVNE

	2012	2011
Saldo em 31 de dezembro de 2010	-	-
Nova estimativa de comissões emitidas	5.000	5.000
Saldo em 31 de dezembro de 2011	5.000	5.000
Nova estimativa de comissões emitidas	2.712	2.712
Estimativa de comissões amortizadas	(2.387)	(2.387)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	5.325	5.325

15 DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	2012	2011
Cíveis	247	4.950
Fiscais	13.808	14.090
Trabalhistas	958	775
	15.013	19.815

Trata-se de depósitos a recuperar, em esfera administrativa e judicial, referentes a débitos fiscais incluídos no parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/09. Ocorre que referidos depósitos não foram abatidos do saldo total parcelado, e estão em processo de recuperação.

16 INVESTIMENTO

A movimentação dos investimentos está apresentada na tabela a seguir:

	Investimentos	Imóveis destinados à renda	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2011	192	6.375	6.567
Aquisição	80.928	-	80.928
Depreciação/amortização	-	(68)	(68)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	81.120	6.307	87.427
Equivalência patrimonial	(185)	-	(185)
Depreciação/amortização	-	(143)	(143)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	80.935	6.164	87.099

A Seguradora participa em 99,99% do capital da AIG Resseguros Brasil S.A., cujas operações tiveram início no exercício de 2011. Em 31 de dezembro de 2012, o patrimônio líquido da controlada totalizava R\$ 80.935 (2011 - R\$ 81.120).

A Seguradora aluga diversos ativos para condução de seus negócios. A tabela abaixo apresenta o total dos pagamentos mínimos de alugueis futuros não canceláveis para estes contratos:

	2012	2011
Aluguéis mínimos futuros não canceláveis a serem pagos		
Em até um ano	2.473	588
Entre um a cinco anos	2.432	2.393
	4.905	2.981

O total de despesas originadas de alugueis em contratos de *leasing* operacional onde a Seguradora é arrendatária que foram reconhecidas em ganhos e perdas do período foi de R\$ 2.296 (R\$ 1.430 em 2011). Estes contratos não possuem opções de compra do ativo.

Adicionalmente, a Seguradora também possui imóveis comerciais que são alugados a terceiros (Seguradora como arrendadora) em contratos que são classificados como contratos de *leasing* operacional segundo o CPC 6 (equivalente ao IAS 17). A Seguradora utiliza o modelo de custo depreciado segundo o CPC 28 (*cost model*) segundo o IAS 40 para avaliação destes ativos. Os ativos imobiliários de investimento são depreciados pelo método linear utilizando-se um período de 25 anos para depreciação.

A tabela apresentada a seguir demonstra informações financeiras relevantes para os ativos imobiliários de investimento:

	2012	2011
Valor justo dos ativos imobiliários de investimento	22.752	32.605
Valor original dos contratos	15.908	12.755
Receitas de correção dos contratos (*)	390	406

(*) O aluguel contingente é o resultado da aplicação dos índices anuais de IGP-M e IPCA sobre os contratos.

A maioria destes contratos possui opção de renovação.

17 IMOBILIZADO

A movimentação do imobilizado líquida de depreciação está apresentada na tabela a seguir:

	Equipamentos	Móveis, máquinas e utensílios	Imóveis, de uso próprio	Outros	Total
Custo					
Saldo em 1º de janeiro de 2011	859	807	-	1.375	3.041
Aquisição	1.868	602	-	563	3.033
Baixa	-	-	-	-	-
Transferência	-	-	-	-	-
Depreciação/exaustão/amortização	(193)	(98)	-	(350)	(642)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.534	1.310	-	1.587	5.432
Aquisição	1.331	833	-	597	2.758
Baixa	-	-	-	(86)	(86)
Transferência	-	-	1.391	-	1.391
Depreciação/exaustão/amortização	(730)	(202)	(1.312)	(362)	(2.607)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	3.135	1.940	79	1.822	6.975

O ativo imobilizado é avaliado para *impairment* a cada data de balanço e quando a Administração identifica evidências objetivas de *impairment* decorrentes de fatores internos ou externos ao negócio da Seguradora.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, o ativo imobilizado não estava vinculado como garantia das provisões técnicas de contratos de seguros junto à SUSEP.

18 INTANGÍVEL

	2012	2011
Custo		
Saldo em 1º de janeiro de 2011	-	-
Aquisição	9.137	9.137
Baixa	-	-
Amortização	-	(1.451)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	9.137	7.686
Aquisição	14.845	10.647
Baixa	-	(541)
Amortização		



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição das provisões técnicas por ramo está demonstrada a seguir:

	Provisão de prêmios não ganhos		Sinistros a liquidar	
	2012	2011	2012	2011
Acidentes pessoais coletivos	49	199	118	121
Aeronáuticos	-	-	1.125	2.255
Riscos de engenharia	7.402	4.485	917	-
Crédito interno	10.615	7.307	-	-
Garantia segurado - setor privado DPVAT (todas as categorias)	13.166	11.643	-	-
Garantia de concessões públicas	28.301	34.708	-	-
Garantia de obrigações privadas	3.809	4.341	-	-
Garantia de obrigações públicas	770	1.406	370	532
Garantia segurado - setor público	9.474	5.477	-	-
Garantia segurado - setor privado	13.166	11.643	-	-
Aeronáuticos (cascos)	-	-	4.052	-
R.C. geral	15.981	10.703	26.986	16.393
R.C. de adm. e diretores (D&O)	13.301	7.830	3.125	608
R.C. profissional	3.526	2.167	612	536
Responsabilidade civil hangar	-	70	4	6
Riscos diversos	4.757	2.518	4.515	2.816
Extensão de garantia - patrimonial	19.455	4.189	20	-
Riscos nomeados e operacionais	18.010	13.346	71.223	62.806
Transporte internacional	6.612	2.073	1.271	631
Transporte nacional	5.846	4.583	3.148	2.119
Vida em grupo	42	20	1.867	-
Seg. compr. para operadores port.	584	-	12	-
Demais ramos	6.242	364	2.908	7.317
	186.453	129.072	139.108	118.823

	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados		Outras provisões		Total - Provisão para Contratos de Seguros	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Acidentes pessoais coletivo	695	974	5	14	867	1.308
Aeronáuticos	42	3.519	-	-	1.167	5.774
Riscos de engenharia	710	1.484	289	186	9.318	6.155
Crédito interno	9.169	174	719	898	20.503	8.379
Garantia segurado - setor privado DPVAT (todas as categorias)	428	691	193	134	13.787	12.468
Garantia de concessões públicas	15.050	11.106	433	92	32.318	33.881
Garantia de obrigações privadas	46	7.147	-	-	28.347	41.855
Garantia de obrigações públicas	1.575	334	-	-	5.384	4.675
Garantia segurado - setor público	2.068	607	-	-	3.208	2.545
Garantia segurado - setor privado	723	203	673	496	10.870	6.176
Aeronáuticos (cascos)	428	691	193	134	13.787	12.468
R.C. geral	610	-	1.019	-	11.026	-
R.C. de adm. e diretores (D&O)	32.847	25.254	1.328	2.168	77.142	54.518
R.C. profissional	11.092	6.396	1.487	819	29.005	15.653
Responsabilidade civil hangar	2.903	5.152	304	205	7.345	8.060
Riscos diversos	3.000	2.113	-	-	3.004	2.189
Extensão de garantia - patrimonial	3.605	5.735	394	183	13.271	11.252
Riscos nomeados e operacionais	275	71	294	40	20.044	4.300
Transporte internacional	8.409	36.263	2.578	2.611	100.220	115.026
Transporte nacional	1.973	2.164	632	208	10.488	5.076
Vida em grupo	2.707	2.368	495	447	11.196	9.517
Seg. compr. para operadores port.	1.604	-	9	-	4.522	20
Demais ramos	2.756	-	53	-	3.405	-
	9.859	11.876	2.104	948	21.061	20.591
	113.022	124.406	13.202	9.583	451.785	381.886
					378.410	308.210
					73.375	73.676

Passivo circulante

Passivo não circulante

24.1. Garantia das provisões técnicas

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos:

	2012	2011
Ativos financeiros garantidores	183.308	178.449
Fundos de investimento	102.228	156.868
Títulos de renda fixa	81.080	18.356
Títulos de renda variável	-	3.225
Ativos não financeiros	313.750	280.351
Provisão de resseguro - PPNG	67.993	54.861
Provisão de resseguro - RVNE	23.859	16.621
Provisão de resseguro - PCP	9.267	6.852
Recuperação de sinistros - provisões de sinistros a liquidar	91.353	68.949
Recuperação de sinistros - IBNR	58.793	82.970
Direitos creditórios	29.793	13.514
Provisões retidas pelo IRB	157	169
Depósitos judiciais	216	2.534
Provisão dos consórcios DPVAT	32.319	33.881
	497.059	458.800
Provisões técnicas - seguros	451.785	381.886
Total da suficiência	45.274	76.914

24.2. Comportamento da provisão de sinistros em anos posteriores aos anos de constituição

As tabelas a seguir representam as estimativas iniciais efetuadas pela Seguradora referentes às provisões para sinistros e despesas com sinistros, bem como a reestimativa das mesmas, em cada um dos períodos demonstrados (análise conhecida como *calendar year*), as quais refletem o saldo das reservas contabilizadas no período.

A mesma análise é realizada para as provisões brutas e líquidas de resseguro.

A tabela 1 demonstra o cálculo do saldo contábil das provisões utilizadas nos triângulos de desenvolvimento (provisões para sinistros), da provisão total de sinistros excluem-se os montantes referentes ao Seguro DPVAT, a reserva para despesas não alocadas ao sinistro e retrocessões.

A tabela 2 demonstra o saldo das provisões de sinistros por tipo de provisão (sinistros a liquidar, IBNR e IBNER). A seguir, a evolução dos valores pagos ou ressarcidos acumulados (tabela 3) e logo após na tabela 4 a evolução do valor das provisões reestimadas para esses mesmos sinistros.

Na tabela 5 comparamos as reestimativas atuais mais os pagamentos acumulados até o último período com a reserva contabilizada originalmente, sendo que variações são apresentadas em valores e em percentuais.

Para facilitar o entendimento vamos descrever o comportamento das provisões de sinistros retidos para o período de dezembro de 2010 (líquida de resseguro): em 31 de dezembro de 2010 a empresa registrou em seu balanço uma provisão total de sinistros de R\$ 67.527 (tabela 1), excluindo-se os itens que não avaliamos no teste (provisões de sinistros DPVAT, despesas não alocadas diretamente a um sinistro e retrocessão) a Seguradora registrou uma provisão de sinistros de R\$ 37.118 mil (tabela 1/2). Após dois anos foram pagos R\$ 6.414 (tabela 3) e estima-se ainda uma reserva de R\$ 37.257 (tabela 4); ao comparar o valor provisionado originalmente R\$ 37.118 com a estimativa atual para sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2010 (tabela 5), temos uma diferença de - R\$ 139 ou - 0,4%.

A variação das reservas de sinistros observadas através da demonstração das reestimativas é ocasionada por fatores como: sinistros judiciais que no momento do pagamento apresentam variações em relação aos valores estimados; constante reavaliação de sinistros pendentes; reavaliação de frequência e severidade dos sinistros já ocorridos, mas não avisados, entre outras.

Seguindo instrução do órgão regulador somente a partir de 2009 a Seguradora iniciou a apresentação de suas provisões de sinistro separando os valores brutos e retidos de resseguro. Antes desse período algumas provisões eram calculadas e registradas apenas com os valores retidos de resseguro.

A AIG Seguros adequa constantemente suas premissas e metodologias, sempre utilizando práticas atuariais internacionalmente aceitas e em conformidade com as regras do regulador local.

Analisando a provisão bruta a partir de dezembro de 2010, no qual as provisões já estavam sendo contabilizadas brutas e líquidas de resseguro, houve dois sinistros que impactaram a análise, no qual tiveram suas premissas reavaliadas e os valores ajustados.

(a) 31 de dezembro de 2012 - bruto de resseguro

Tabela 1	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Provisões totais para sinistros	48.211	42.838	44.528	45.896	47.802	79.463	89.122	243.229	252.130
(-) DPVAT	16.489	15.837	18.801	22.321	28.386	35.280	26.590	33.789	31.885
(-) Retrocessão	2.214	1.930	1.918	2.313	2.482	1.696	1.722	1.704	1.572
(-) Despesa não alocada	-	-	-	-	-	1.944	2.097	4.272	6.381
Provisão para sinistro	29.508	25.071	23.809	21.262	16.934	40.543	58.713	203.464	212.292

Tabela 2	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Sinistros a liquidar	13.858	11.214	12.400	12.965	11.249	28.778	31.873	94.458	120.722
IBNR	8.926	7.567	6.679	4.200	1.911	7.992	23.067	109.007	91.570
IBNER	6.724	6.290	4.731	4.096	3.773	3.773	3.773	-	-
Provisões para sinistros	29.508	25.071	23.810	21.261	16.933	40.543	58.713	203.465	212.292

Tabela 3	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Valor cumulativo e pago até									
Um ano mais tarde	8.397	5.878	5.470	4.772	903	2.605	5.825	35.286	-
Dois anos mais tarde	9.879	9.280	9.501	5.103	(345)	3.255	17.610	-	-
Três anos mais tarde	13.049	13.260	9.649	3.431	(115)	7.224	-	-	-
Quatro anos mais tarde	16.751	13.399	7.968	3.637	2.867	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	16.886	10.741	8.152	6.617	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	14.055	10.893	11.131	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	14.199	14.263	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos mais tarde	17.358	-	-	-	-	-	-	-	-

Tabela 4	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Provisões reestimadas									
Um ano mais tarde	23.316	22.449	21.818	18.315	33.986	41.048	94.286	182.905	-
Dois anos mais tarde	25.248	24.888	22.584	37.024	37.026	42.480	85.832	-	-
Três anos mais tarde	27.976	26.211	41.285	40.381	36.117	45.341	-	-	-
Quatro anos mais tarde	29.320	44.520	44.432	39.635	39.278	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	46.486	45.547	43.846	42.864	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	45.848	45.956	47.279	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	47.747	50.127	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos mais tarde	52.360	-	-	-	-	-	-	-	-

Tabela 5	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Sobra (falta) cumulativa	(22.852)	(25.056)	(23.469)	(21.602)	(22.344)	(4.798)	(27.119)	20.560	-
Sobra (falta) cumulativa - %	(77,4)	(99,9)	(98,6)	(101,6)	(132)	(11,8)	(46,2)	10,1	-
Nota: os montantes de PSL incluem a PDS.									

(b) 31 de dezembro de 2012 - líquido de resseguro

Tabela 1	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Provisões totais para sinistros	42.363	39.466	40.303	42.236	44.405	69.148	67.527	91.310	101.985
(-) DPVAT	16.489	15.837	18.801	22.321	28.386	35.280	26.590	33.789	31.885
(-) Retrocessão	2.214	1.930	1.918	2.313	2.482	1.696	1.722	1.704	1.572
(-) Despesa não alocada	-	-	-	-	-	1.366	2.097	4.272	6.381
Provisão para sinistro	23.660	21.699	19.584	17.602	13.537	30.806	37.118	51.544	62.147

Tabela 2

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Sinistros a liquidar	8.010	7.842	8.174	9.305	7.852	23.510	21.243	25.509	29.370
IBNR	8.926	7.567	6.679	4.200	1.911	3.523	12.102	26.037	32.777
IBNER	6.724	6.290	4.731	4.096	3.773	3.773	3.773	-	-
Provisões para sinistros	23.660	21.699	19.584	17.601	13.536	30.806	37.118	51.546	62.147

Tabela 3

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Valor cumulativo e pago até									
Um ano mais tarde	5.968	5.220	4.661	3.75					



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os processos tributários que, com base na Circular SUSEP nº 430/12 são considerados obrigações legais, são integralmente provisionadas independentemente da respectiva avaliação da probabilidade de perda.

Em 2009 a Seguradora optou por aderir ao Programa de Pagamentos e Parcelamentos instituído pela Lei nº 11.941/09 e disciplinado por normas complementares introduzidas pela Portaria Conjunta PGFN/RFB 06/09 e alterações subsequentes, o que gerou um ajuste de suas obrigações legais no montante de R\$ 6.714, e nos depósitos judiciais tributários de R\$ 5.382. Em abril de 2012 a Seguradora liquidou todo o débito do Programa de Parcelamento, pagando no período de novembro de 2009 a abril de 2012 o total de R\$ 42.159 (R\$ 35.060 relativos ao principal e R\$ 7.099 relativo a juros de atualização).

Débitos inscritos ao programa	2012	2011
Artigo 1 - demais débitos RFB	-	3.766
Artigo 1 - demais débitos PGFN	-	4.688
Artigo 3 - saldos remanescentes do PAES PGFN	-	87
	-	8.541

Os processos tributários são considerados contingências de acordo com a avaliação dos respectivos assessores legais. Em 31 de dezembro de 2011 os processos judiciais fiscais foram totalmente revertidos.

Saldos patrimoniais	2012	2011
Provisões trabalhistas	1.191	787
Provisões cíveis	1.442	1.956
	2.633	2.743

Movimentação	2012	2011
Saldo inicial	2.743	11.148
Constituição	1.557	-
Reversão	(1.794)	(8.755)
Juros/atualização	127	350
Saldo final	2.633	2.743

Os sinistros em discussão judicial, no montante de R\$ 31.695 (2011 - R\$ 35.408) estão provisionados com base nos valores estimados pelos consultores legais, pelo departamento jurídico das controladas e na experiência histórica das áreas técnicas para cada ramo de seguro, conforme demonstrado a seguir:

	Sinistros judiciais - 2012		
	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado
Chance de ocorrência			
Perda provável	37	12.563	10.163
Perda possível	70	11.069	5.535
Perda remota	26	7.613	1.522
	133	31.245	17.220

	Sinistros judiciais - 2011		
	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado
Chance de ocorrência			
Perda provável	45	10.644	6.124
Perda possível	116	13.140	8.760
Perda remota	37	3.683	2.046
	198	27.467	16.930

26 CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

(a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 276.145 (2011 - R\$ 204.450) está representado por 466.103.951 ações ordinárias (2011 - 294.358.325), todas nominativas e sem valor nominal.

(b) Aumento de capital

O aumento de capital conforme AGE de 27 de junho de 2012, no valor de R\$ 34.146, está em aprovação na SUSEP conforme processo nº 15414.004736/2012-12.

O aumento de capital conforme AGE de 22 de abril de 2012 no valor de R\$ 9.400, foi aprovado conforme portaria SUSEP/CGRAT nº 4.996 de 23 de novembro de 2012.

Aumento de capital conforme AGE de 27 de junho de 2012 no valor de R\$ 62.295, aprovados conforme portaria SUSEP/CGRAT nº 4.996 de 23 de novembro de 2012.

(c) Reservas

A reserva legal é constituída na forma prevista na legislação societária, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

A reserva estatutária é constituída para assegurar à Seguradora margem operacional até o limite máximo do capital social, constituída à base do lucro líquido do exercício, após as deduções legais.

(d) Ajuste com títulos e valores mobiliários

Os ajustes dos títulos e valores mobiliários são compostos pela variação do valor justo dos respectivos ativos, líquidos dos efeitos tributários.

(e) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de até 25% sobre o lucro líquido de cada exercício.

27 PRÊMIOS DE SEGUROS AUFERIDOS

Os prêmios auferidos compreendem os prêmios de seguros emitidos, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de prêmios a congêneres. Os valores dos principais grupos de ramos de seguro estão assim compostos:

	2012		2011	
	Prêmios auferidos	Percentual	Prêmios auferidos	Percentual
Lucros cessantes	7.102	3	1.420	1
Riscos de engenharia	7.226	3	5.201	2
Riscos diversos	7.920	3	2.242	1
Garantia estendida	17.653	6	4.455	2
Riscos nomeados e operacionais	38.054	14	50.898	21
R. C. de administradores e diretores (D&O)	26.969	10	15.939	7
Responsabilidade civil riscos ambientais	5.660	2	3.102	1
Responsabilidade civil geral	27.476	10	40.590	17
Responsabilidade civil profissional	6.276	2	3.369	1
Aeronáuticos	9.178	3	2.564	1
Responsabilidade civil hangar	3.377	1	742	-
DPVAT (todas as categorias)	35.438	13	37.492	15
Transporte nacional	17.413	6	13.461	6
Transporte internacional	14.238	5	6.162	3
Riscos financeiros - crédito interno	20.805	8	14.727	6
Garantia segurado setor privado	3.681	1	14.324	6
Turístico	14.702	5	13.202	5
Demais ramos	12.343	4	14.443	6
	275.511		244.331	

27.1. Prêmios ganhos principais ramos de atuação

Ramo	Prêmio ganho	2012		2011	
		Índice de sinistralidade - %	Índice de comissionamento - %	Índice de sinistralidade - %	Índice de comissionamento - %
Lucros cessantes	4.451	59	6	6	6
Riscos de engenharia	4.397	(2)	7	7	7
Riscos diversos	5.690	(15)	22	22	22
Garantia estendida	2.132	15	61	61	61
Riscos nomeados e operacionais	33.442	7	3	3	3
Riscos de petróleo	561	8	-	-	-
R. C. de administradores e diretores (D&O)	21.457	40	17	17	17
Responsabilidade civil riscos ambientais	3.846	36	13	13	13
Responsabilidade civil geral	21.978	86	12	12	12
Responsabilidade civil profissional	4.885	(45)	13	13	13
Aeronáuticos	5.329	87	4	4	4
Responsabilidade civil hangar	1.730	-	9	9	9
DPVAT (todas as categorias)	35.022	88	1	1	1
Transporte nacional	16.065	63	20	20	20
Transporte internacional	9.571	3	14	14	14
Garantia de concessões públicas	6.407	(111)	17	17	17
Riscos financeiros - crédito interno	17.497	51	11	11	11
Garantia segurado setor privado	2.171	(12)	6	6	6
Turístico	10.684	4	18	18	18
Demais ramos	9.539	28	20	20	20
	216.853	38	11	11	11

Ramo	Prêmio ganho	2011	
		Índice de sinistralidade - %	Índice de comissionamento - %
Lucros cessantes	2.511	2	2
Riscos de engenharia	2.759	16	5
Riscos diversos	11.737	9	8
Garantia estendida	478	13	57
Riscos nomeados e operacionais	64.979	106	2
Riscos de petróleo	11.445	-	1
R. C. de administradores e diretores (D&O)	16.682	17	12
Responsabilidade civil riscos ambientais	973	22	10
Responsabilidade civil geral	60.242	9	2
Responsabilidade civil profissional	11.357	4	3
Aeronáuticos	1.069	-	7
Responsabilidade civil hangar	471	-	10
DPVAT (todas as categorias)	37.453	87	1
Transporte nacional	11.688	59	16
Transporte internacional	4.716	82	15
Garantia de concessões públicas	7.619	-	18
Riscos financeiros - crédito interno	7.421	-	12
Garantia segurado setor privado	2.667	5	12
Crédito doméstico risco comercial	4.157	-	-
Turístico	12.467	36	24
Demais ramos	12.555	35	12
	285.446	46	6

28 VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS

As despesas com provisões técnicas apresentaram a seguinte variação:

	2012	2011
Provisão de prêmios não ganhos	(57.382)	42.325
Outras provisões	(1.276)	(1.211)
Total das variações das provisões técnicas	(58.658)	41.115

29 SINISTROS OCORRIDOS

Os sinistros retidos compreendem as indenizações avisadas e a tabela a seguir apresenta os sinistros retidos brutos e líquidos de recuperação de resseguro. Os valores dos principais grupos de ramos de seguro estão assim compostos:

	2012		2011	
	Retidos brutos	Retidos líquidos	Retidos brutos	Retidos líquidos
Indenizações avisadas	69.787	107.556	22.513	25.863
Indenizações avisadas de consórcios e fundos	22.513	25.863	2.395	735
Despesas com sinistros	4.757	4.581	(3.056)	(20.495)
Recuperações de sinistros	(446)	(982)	(2.234)	(1.584)
Salvados	(2.234)	(1.584)	1.842	-
Ressarcimentos	(1.842)	-	(13.901)	16.076
Variação IBNR	1.842	-	-	-
Sinistros ocorridos	81.657	131.750	81.657	131.750

30 CUSTO DE AQUISIÇÃO

A abertura da despesa custo de aquisição de contratos de seguro:

Ramos	2012	2011
Lucros cessantes	277	61
Riscos de engenharia	311	413
Riscos diversos	1.242	995
Garantia estendida	1.300	272
Riscos nomeados e operacionais	1.002	1.550
Riscos de petróleo	-	66
R. C. de administradores e diretores (D&O)	3.592	1.983
R. C. riscos ambientais	484	94
R. C. geral	2.534	1.482
R. C. profissional	617	342
Responsabilidade civil hangar	149	57
DPVAT (todas as categorias)	513	546
Transporte nacional	3.288	1.914
Transporte internacional	1.351	718
Garantia de concessões públicas	1.110	1.356
Riscos financeiros - crédito interno	1.861	875
Garantia segurado setor privado	135	324
Crédito doméstico risco comercial	-	386
Turístico	1.952	3.024
Demais ramos	2.132	1.540
	23.850	17.998

31 OUTRAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2012	2011
Outras receitas com operações de seguros	195	475
Outras receitas consórcio DPVAT	124	99
Despesas com cobrança	(3.441)	(2.647)
Outras despesas com encargos sociais	(215)	(425)
Provisão para riscos de créditos duvidosos	558	(159)
Outras despesas com operações de seguros	(5.693)	(1.745)
Despesas diversas	(9)	(7)
Total outras receitas e despesas operacionais	(8.481)	(4.409)

32 RESULTADO COM RESSEGURO

	2012	2011
Indenização de sinistros - recuperação	42.913	75.066
Despesas com sinistros - recuperação	1.040	1.274
IBNR resseguro	(24.177)	-
Prêmios de resseguro - cessão	(109.908)	(119.469)
Variação das despesas de resseguro - provisões	20.371	(60.298)
Salvados e ressarcidos	(341)	(698)
	(70.102)	(104.125)

33 DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2012	2011
Despesas com pessoal próprio	(57.046)	(28.783)
Serviços de terceiros	(25.357)	(14.027)
Localização e funcionamento	(7.661)	(4.669)
Despesas com publicação	(294)	(213)
Despesas com donativos e contribuições	(198)	(67)
Depreciação/amortização	(5.278)	(2.093)
Publicidade e propaganda	(2.167)	(688)
Convênio DPVAT	-	(7)
Ressarcimento de custos	4.704	3.638
Contingências	(1.396)	324
Outras	(473)	(275)
	(95.166)	(46.860)

34 DESPESAS COM TRIBUTOS

	2012	2011
COFINS	(5.807)	(4.390)
PIS	(965)	(791)
Taxa de fiscalização	(941)	(462)
Outras	(145)	(136)
	(7.858)	(5.779)

35 RESULTADO FINANCEIRO

	2012	2011
Receita de rendimento das aplicações financeiras	23.955	23.966
Receita de dividendos de ações	1	1.206
Receita de fracionamento de prêmios de operações de seguros	5.108	15.572
Receita com depósitos judiciais e fiscais	1.213	-
Despesa com ações	(243)	(4.004)
Operações de seguros	(9.454)	(22.175)
Encargos sobre tributos	(15)	(1.450)
Impostos e contribuições de transações	(9.326)	(1.079)
Despesas financeiras eventuais	(221)	(553)
Outras receitas e despesas financeiras	301	(15)
Resultado financeiro	11.319	11.468

36 RESULTADO PATRIMONIAL

	2012	2011
Aluguel	2.877	2.344
Equivalência patrimonial	(151)	919
Depreciação imóveis	(65)	(67)
Receita venda participação	11	-
	2.671	3.196

37 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social são calculados, com base nas alíquotas oficiais, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações do resultado, como se seguem:

||
||
||



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A AIG Seguros utiliza estrutura administrativa operacional comum com sua controlada, a AIG Resseguros Brasil S.A. As despesas incorridas com essa estrutura são alocadas com base no esforço empregado por área de cada empresa. A recuperação das despesas alocadas por rateio totalizou R\$ 4.921, sendo o valor recebido no exercício de R\$ 4.297. O saldo a receber no montante de R\$ 624 está registrado na rubrica "Títulos e créditos a receber". Os saldos a receber e a pagar por transações de resseguros com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	2012		2011	
	A receber	A pagar	A receber	A pagar
Caribbean AHAC	3.273	19.471	5.238	17.536
AIG Resseguros Brasil	3.277	14.079	-	1.923
	6.550	33.550	5.238	19.459

40 OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) O total das despesas com remuneração da administração atingiu em 2012, o montante de R\$ 4.289 (2011 - R\$ 1.721).

(b) Cobertura de seguros

A Seguradora e sua controlada adotam uma política de seguros que consideram, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades. A cobertura dos seguros em valores é assim demonstrada:

Itens	Tipos de cobertura	Importância segurada	
		2012	2011
Rua Gomes de Carvalho, 1.306 - 11º, 12º, 13º e 14º andares	Seguro empresarial - incêndio, inclusive quando decorrente de tumulto, explosão de qualquer natureza e queda de raio, desde que ocorrido dentro da área do terreno ou edifício onde estiverem localizados os bens segurados	33.492	33.492
Administradores e diretores (D&O)	Seguro de responsabilidade civil profissional - a título de reparação de danos, estipuladas por tribunal civil ou por acordo aprovado pela seguradora	10.000	10.000
Automóvel RCG	Seguro de veículos	4.000	4.002
	Seguro de responsabilidade civil geral - poluição, contaminação e vazamentos	2.029	1.878
		49.521	49.372

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Conselheiros
Alejandro Pedroza
Hamilton Chichierchio da Silva
Sean Martin Clifford

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Presidente
Jaime de Jesus Calvo Del Rosário
Diretor
Marcos Fugise

Marcelo Farat Milani
Atuário - MIBA1371
Roseli Midori Kanazawa
Contador - CRC nº 1SP187230/O-8

Parecer Atuarial

AIG Seguros Brasil S.A.

Examinamos as provisões técnicas das operações de seguros da AIG Seguros Brasil S.A., declaradas no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2012, elaboradas sob a responsabilidade da sua administração e nossa responsabilidade é a de emitir um parecer sobre estas provisões técnicas.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de avaliação atuarial aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada constituição das provisões técnicas em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) adoção de metodologias reconhecidas pela comunidade atuarial, (b) adoção de parâmetros realistas, (c) verificação da qualidade dos dados que serviram de base para elaboração da avaliação (d) aderência a legislação vigente, (e) testes de consistência.

3. Concluímos que as referidas provisões técnicas apresentam-se adequadamente constituídas no balanço patrimonial da AIG Seguros Brasil S.A. findo em 31 de dezembro de 2012, não sendo necessária a constituição de provisões para insuficiência de prêmios ou contribuições, e não sendo necessária constituição de reserva adicional devido ao teste de adequação do passivo, que foi realizado de acordo com as normas vigentes e as reservas se mostraram adequadas.

28 de fevereiro de 2013

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas

AIG Seguros Brasil S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da AIG Seguros Brasil S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do

auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Seguradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Seguradora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AIG Seguros Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

São Paulo, 27 de fevereiro de 2013



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Anibal Manoel Gonçalves de Oliveira
Contador
CRC 1RJ056588/O-8 "S" SP

www.aigbrasil.com.br